



Centro Social de Peraboa

# Relatório de Atividades e Contas 2025

*Telmo Faria*

*JH* *CF*

O valor registado na rubrica "IEFP" corresponde aos valores recebidos do Instituto de Emprego e Formação Profissional relativos a Estágios Profissionais.

## 21 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31/12/2025 e em 31/12/2024, a rubrica "Fornecimentos e serviços externos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	2025	2024	
Trabalhos especializados	27.122,15	22.935,68	18,25%
Vigilância e segurança	450,80	-	-
Honorários	19.472,97	15.674,47	24,23%
Conservação e reparação	6.764,71	4.798,44	40,98%
Serviços bancários	228,93	217,81	5,11%
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	5.273,41	8.887,34	-40,66%
Livros e documentação técnica	55,35	7,25	663,45%
Material escritório	1.094,26	1.197,23	-8,60%
Artigos para oferta	479,03	301,22	59,03%
Produtos p/higiene pessoal de utentes	92,25	457,59	-79,84%
Outros materiais p/atividades das valências	12,70	-	-
Eletricidade	21.028,56	22.418,72	-6,20%
Combustíveis	4.327,12	3.432,19	26,07%
Água	14.918,91	12.782,66	16,71%
Gás	12.410,28	16.672,10	-25,56%
Deslocações e estadas	9,15	24,48	-62,62%
Rendas e alugueres	1.476,16	1.476,16	-
Outros	-	25,00	-
Comunicação	1.730,99	1.236,24	40,02%
Seguros	3.660,39	1.879,50	94,75%
Contencioso e notariado	30,00	30,00	-
Limpeza, higiene e conforto	20.291,54	18.854,27	7,62%
Outros serviços	-	236,60	-
<b>Total</b>	<b>140.929,66</b>	<b>133.519,95</b>	<b>5,55%</b>

# Índice

Introdução.....	2
Informações Operacionais.....	4
Informação Financeiras e Contabilística .....	16



# Introdução

O presente documento consubstancia o Relatório de Atividades e Contas referente ao exercício económico de 2025 do Centro Social do Divino Espírito Santo de Peraboa, elaborado em cumprimento das disposições estatutárias e das obrigações legais aplicáveis às Instituições Particulares de Solidariedade Social, constituindo um instrumento fundamental de prestação de contas e de transparência institucional.

A sua elaboração é da responsabilidade da Direção, tendo contado com a colaboração técnica da Diretora Técnica e do Contabilista Certificado da Instituição, com o propósito de apresentar, de forma sistematizada, a atividade desenvolvida durante o período em análise, bem como a respetiva situação económica, financeira e patrimonial, em conformidade com o Programa de Ação e Orçamento previamente aprovados para o exercício em causa.

O relatório encontra-se estruturado em duas componentes distintas e complementares:

1) Informação Operacional – que procede à caracterização da atividade institucional desenvolvida ao longo do exercício, contemplando a análise de diversos domínios relevantes para a avaliação do desempenho organizacional, designadamente associados, acordos de cooperação e respostas sociais, número de clientes, recursos humanos, formação profissional, parcerias institucionais, candidaturas a programas de financiamento, donativos e atividades socioculturais, entre outros elementos considerados pertinentes para a compreensão da intervenção social da Instituição;



2) Informação Financeira e Contabilística – que integra as demonstrações financeiras legalmente exigidas, elaboradas de acordo com o normativo contabilístico aplicável ao setor não lucrativo, acompanhadas das respetivas notas explicativas e demais elementos técnicos de suporte, com o objetivo de proporcionar uma análise rigorosa da situação económica, financeira e patrimonial da Instituição.

O presente documento foi submetido à apreciação e aprovação da Direção, posteriormente remetido ao Conselho Fiscal para análise e emissão do respetivo parecer, sendo finalmente apresentado à Assembleia Geral para apreciação e deliberação pelos associados, nos termos estatutários.

# Informações Operacionais

---

## Associados

Os associados, enquanto componente essencial do financiamento interno, são objeto de atenção estratégica por parte da Direção, que tem como objetivo impulsionar o seu crescimento sustentado. No ano de 2025, observou-se um acréscimo no contingente de associados, alcançando um total de 313 membros.

## Clientes

Em 2025, a Instituição manteve uma média global de 65 clientes nas diferentes respostas sociais, evidenciando estabilidade no volume global de utentes acompanhados face a 2024. A distribuição média registou 30 clientes em ERPI, 17 no Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e 18 no Centro de Dia.

Comparativamente ao ano anterior, verifica-se a manutenção da média de ocupação na ERPI, refletindo estabilidade na procura e na capacidade de resposta desta valência. No SAD observa-se uma redução do número médio de utentes (de 22 para 17), enquanto o Centro de Dia registou um aumento da frequência média (de 13 para 18), consolidando a tendência de crescimento já evidenciada em 2024.

Esta reconfiguração poderá traduzir uma adaptação progressiva das necessidades dos utentes e das famílias, com maior valorização de respostas presenciais de carácter comunitário e ocupacional, em detrimento do apoio domiciliário tradicional.

Globalmente, os dados evidenciam uma recomposição da procura entre respostas sociais, caracterizada pela diminuição relativa do SAD e pelo reforço da utilização do Centro de Dia, sem impacto no total médio anual de clientes acompanhados pela Instituição.



## *Acordos com o Instituto de Segurança Social*

No exercício de 2025, a atividade do CSDDES continuou a assentar no modelo de financiamento baseado no regime de cooperação com o Instituto da Segurança Social, I.P., complementado pelas participações familiares dos utentes, constituindo estas as principais fontes de receita para o funcionamento das respostas sociais.

Atendendo à natureza social da Instituição, estas fontes de financiamento revelam-se essenciais para assegurar a sustentabilidade das atividades desenvolvidas.

Durante o período em análise mantiveram-se em vigor os acordos de cooperação estabelecidos com o Instituto da Segurança Social para as diferentes respostas sociais. O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) manteve acordo para 28 clientes, correspondente à capacidade máxima da resposta. O Centro de Dia manteve acordo para 14 clientes, face a uma capacidade máxima instalada de 20 clientes. A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) manteve acordo para 24 clientes, relativamente a uma capacidade máxima de 30 lugares.

## *Ginásio de Fisioterapia*

No decurso de 2025, o Centro Social estabeleceu uma parceria com a empresa de fisioterapia Origami, com o objetivo de proporcionar aos associados, utentes e população da comunidade o acesso a serviços especializados de fisioterapia. O serviço passou a realizar-se semanalmente, às quintas-feiras durante o período da manhã, nas instalações da Instituição.

Esta colaboração permitiu reforçar a promoção da saúde e do bem-estar dos utentes, contribuindo para a melhoria da mobilidade, prevenção de quedas, reabilitação funcional e manutenção da autonomia nas atividades da vida diária. Paralelamente, possibilitou o acesso a acompanhamento terapêutico especializado em contexto institucional, evitando deslocações externas e promovendo maior conforto e segurança para os beneficiários.



A iniciativa enquadra-se na estratégia de valorização e diversificação dos serviços disponibilizados pela Instituição, visando a melhoria contínua da qualidade das respostas sociais prestadas e a promoção do envelhecimento ativo e saudável.



### *Medida Investimentos RE-C03- -I01 - Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais*

O veículo ligeiro 100% elétrico, adquirido no âmbito da candidatura aprovada à Medida Investimentos RE-C03-I01 – Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, TO 1.1 Mobilidade Verde, tem vindo a ser progressivamente rentabilizado pela Instituição no desenvolvimento das suas atividades.

Em 2025, a sua utilização manteve-se particularmente associada ao Serviço de Apoio Domiciliário, contribuindo para a melhoria da mobilidade das equipas, para a otimização da organização das deslocações e para uma gestão mais eficiente dos recursos afetos à prestação dos serviços. Paralelamente, a utilização deste veículo elétrico continua a representar uma solução mais sustentável do ponto de vista ambiental e económico, alinhada com princípios de eficiência energética e redução de custos operacionais.

dh S  
PQ



Neste enquadramento, o recurso a este equipamento tem permitido reforçar a capacidade operacional da Instituição e apoiar a execução das respostas sociais de forma mais eficiente.

### *Sala Snoezelen*



A Sala Snoezelen, resultante da candidatura aprovada aos Prémios Caixa Social, continua a constituir um recurso relevante na promoção da saúde mental e do bem-estar dos idosos. Este espaço, concebido com um ambiente multisensorial estruturado, integra estímulos visuais, auditivos, táteis e olfativos, proporcionando uma experiência terapêutica orientada para o relaxamento, a redução da ansiedade e a melhoria do estado emocional dos utentes.



Durante o ano de 2025, verificou-se uma intensificação da utilização da Sala Snoezelen, com o aumento do número de sessões desenvolvidas no âmbito da estimulação cognitiva e da promoção do bem-estar psicológico, reforçando o papel deste recurso no apoio às intervenções terapêuticas e ocupacionais dirigidas aos utentes das diferentes respostas sociais.

## *Programas e Projetos do IEFP*

A Instituição tem mantido uma atenção estratégica às medidas de apoio ao emprego promovidas pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), procurando articular estes instrumentos com as necessidades organizacionais e, simultaneamente, contribuir para a integração de pessoas desempregadas no mercado de trabalho.

Durante o ano de 2025, foi submetida e aprovada uma candidatura à Medida Mercado Aberto, que possibilitou um apoio correspondente a 50% da remuneração do posto de trabalho apoiado. Paralelamente, foram aprovadas três candidaturas no âmbito da Medida + Emprego, permitindo a integração de três beneficiários e um apoio financeiro global de 25.393,50€.

## *Redes, Parcerias e Cooperação*

Ao longo do ano, a Instituição manteve e reforçou a articulação com diversas entidades do território, com o objetivo de potenciar a complementaridade de recursos, promover a cooperação interinstitucional e otimizar a resposta às necessidades sociais identificadas na comunidade.

Neste âmbito, destacam-se como parceiros institucionais relevantes o Instituto da Segurança Social, a Câmara Municipal da Covilhã, a Junta de Freguesia de Peraboa, o Centro Hospitalar da Cova da Beira, os Centros de Saúde de Peraboa e da Covilhã, a Escola Secundária Quinta das Palmeiras, a Associação Sagrado Coração de Maria do Ferro, Associação de Diabéticos Serra da Estrela, bem como outras Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do concelho.

A colaboração estabelecida com estas entidades tem contribuído para o fortalecimento da rede de intervenção social local, permitindo o desenvolvimento de ações concertadas, a partilha de recursos e a melhoria contínua da qualidade das respostas sociais disponibilizadas à população.



## Voluntariado



O voluntariado integra-se como um mecanismo de suporte complementar à intervenção institucional, contribuindo para a implementação de respostas sociais e de apoio institucional dirigidas à população idosa. As voluntárias desenvolvem a sua atividade no domínio da animação colaborando na dinamização de atividades de natureza ocupacional e relacional, com vista à promoção do envelhecimento ativo e à manutenção das capacidades funcionais dos utentes. Colaboram, ainda, e em algumas tarefas de apoio às atividades e rotinas institucionais.

A vertente religiosa e espiritual assume especial relevância no contexto institucional, contribuindo para o bem-estar emocional e espiritual dos utentes. Neste âmbito, o centro conta com voluntárias que colaboram na dinamização e apoio a momentos de natureza religiosa, promovendo o respeito pelas convicções individuais e reforçando a dimensão integral do acompanhamento prestado aos idosos. Estas ações são realizadas em articulação com a equipa técnica, enquadradas nos princípios de intervenção institucional e orientadas para a melhoria contínua da qualidade dos serviços.



## Promoção e Imagem da Instituição

Ao longo do período em análise, a Instituição deu continuidade às ações de promoção da sua imagem institucional e de divulgação das atividades desenvolvidas, recorrendo a diferentes canais de comunicação digital. Neste âmbito, manteve-se a gestão e atualização da página institucional disponível em <https://csocial-peraboa.pt/>, enquanto plataforma de divulgação de informação relevante sobre a atividade da Instituição, bem como de disponibilização de documentação de interesse para associados e para a comunidade em geral.

Paralelamente, a Instituição continuou a utilizar a rede social Facebook como instrumento complementar de comunicação e proximidade com a comunidade, permitindo a divulgação regular das iniciativas e atividades realizadas, bem como o reforço da interação com os diferentes públicos.

A utilização destes meios digitais tem vindo a assumir um papel estratégico na promoção da visibilidade institucional, constituindo



igualmente um instrumento relevante para a sensibilização da comunidade e para a mobilização de apoios da sociedade civil, nomeadamente através de contributos materiais, serviços ou outras formas de colaboração que reforçam a capacidade de intervenção social da Instituição

### *Recursos Humanos*

Durante o ano de 2025, a Instituição prosseguiu uma gestão estruturada dos recursos humanos, orientada para a adequação dos meios humanos às necessidades operacionais das respostas sociais e para o alinhamento com os objetivos estratégicos institucionais.

Ao longo do período em análise, registaram-se alguns constrangimentos de natureza operacional, decorrentes de situações de incapacidade temporária para o trabalho, medidas de apoio à família, alterações no enquadramento normativo aplicável e outras exigências externas. Não obstante, a Instituição procurou mitigar estes impactos através do recurso a instrumentos de apoio ao emprego promovidos pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), através da submissão de candidatura à Medida Mercado Aberto e à Medida + Emprego, permitindo reforçar os recursos humanos disponíveis e assegurar a continuidade e qualidade da prestação dos serviços.

Neste enquadramento, durante o exercício de 2025, a Instituição contou, em média, com 30 colaboradores com vínculo laboral e 4 prestadores de serviços.

### *Formação*

A formação contínua dos colaboradores constitui um eixo estratégico na política de gestão de recursos humanos da Instituição, assumindo-se como um instrumento fundamental para o reforço das competências profissionais, a melhoria da qualidade dos serviços prestados e a promoção de práticas de trabalho seguras e eficientes. Neste enquadramento, a Instituição mantém uma aposta consistente na qualificação dos seus recursos humanos, promovendo ações de formação ajustadas às exigências técnicas das diferentes funções e às necessidades identificadas no contexto organizacional.



Paralelamente, sempre que ocorre a integração de novos colaboradores, é assegurado um processo de acolhimento e formação interna inicial, orientado para a transmissão de procedimentos institucionais, normas de funcionamento e boas práticas associadas ao desempenho das funções, facilitando a adaptação ao contexto organizacional e garantindo o cumprimento dos padrões de qualidade definidos pela Instituição.

Durante o ano de 2025, as ações de formação realizadas decorreram integralmente em regime presencial, abrangendo diversas áreas funcionais da organização. As iniciativas formativas incidiram sobre temáticas relevantes para o desempenho das atividades institucionais, designadamente: Promoção de Locais de Trabalho Seguros e Saudáveis – Prevenção de Riscos Profissionais (conceitos básicos), Comunicação e Gestão de Conflitos, Boas Práticas de Higiene e Segurança Alimentar, Manuseamento de Extintores e Utilização da aplicação MySenior.

Estas ações contribuíram para o reforço das competências técnicas e digitais dos colaboradores, bem como para a melhoria da organização dos processos de trabalho e da qualidade dos serviços prestados no âmbito das diferentes respostas sociais da Instituição.





## *Higiene e Segurança no Trabalho*

Durante o exercício de 2025, a prestação de serviços nas áreas de Segurança e Saúde no Trabalho, Segurança Alimentar e Formação foi assegurada pela entidade externa Interpretv, no âmbito de apoio técnico especializado à Instituição. Esta colaboração incidu na implementação de procedimentos de prevenção e controlo de riscos profissionais, bem como no acompanhamento das condições de segurança e saúde nos locais de trabalho.

## *Consignação IRS*

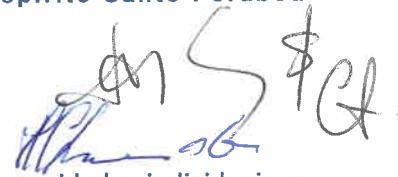
Em 2025 no âmbito da campanha de Apoio à Consignação do IRS, foi registada uma receita de 3401,41€ verificando-se uma diminuição face ao montante consignado no exercício anterior, que foi de 3703.36 €. Esta variação corresponde a uma redução de aproximadamente 8,16% relativamente ao montante angariado no ano anterior.

## *Donativo*

Verificou-se um acréscimo nas doações em espécie, com particular incidência em bens alimentares e ajudas técnicas, constituindo estes contributos um importante complemento no apoio às respostas sociais da Instituição.

## *Atividades de Animação Sócio Cultural*

A animação sociocultural dirigida à população idosa constitui uma dimensão estruturante da intervenção institucional, assumindo-se como um instrumento de promoção do bem-estar biopsicossocial dos utentes. Esta abordagem integra um conjunto sistemático de atividades orientadas para a estimulação cognitiva, funcional e



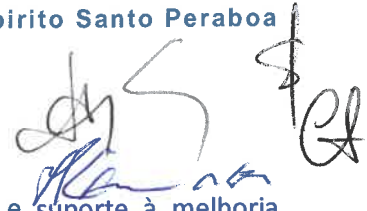
emocional, visando a manutenção das capacidades individuais, o reforço da autonomia, da autoestima e do sentimento de utilidade social. Assim, a animação não se restringe a momentos pontuais de ocupação, configurando antes um processo contínuo de intervenção que contribui para a melhoria da qualidade de vida e para a prevenção de situações de isolamento e declínio funcional.

No decurso de 2025, a dinamização das atividades de animação sociocultural assumiu particular relevância no funcionamento das respostas sociais da Instituição, tendo sido reforçada e privilegiada enquanto eixo central da intervenção junto dos utentes. Neste período, verificou-se a concretização da maioria das atividades previstas no Plano Anual de Atividades, registando-se níveis elevados de participação e envolvimento por parte dos utentes.

A avaliação sistemática das atividades, tendo por base indicadores como o interesse manifestado, o estado de humor, a capacidade de concentração, o grau de satisfação e a interação grupal, evidenciou resultados globalmente muito positivos, com classificações predominantemente situadas no nível “Bom”. Destacaram-se, em particular, as atividades de natureza religiosa e espiritual, que continuaram a revelar níveis significativos de adesão e interesse por parte dos participantes, refletindo a importância destas práticas no contexto sociocultural da população acompanhada.

Paralelamente, foram igualmente dinamizadas iniciativas não previstas inicialmente no plano de atividades, resultantes de oportunidades de intervenção identificadas ao longo do ano, quer no contexto interno da Instituição, quer no âmbito de parcerias externas.

No âmbito da monitorização e avaliação da intervenção desenvolvida, foi elaborado o respetivo Relatório de Atividades de Animação, documento que integra a sistematização das ações implementadas, os objetivos definidos, os recursos mobilizados, o número médio de participantes e os resultados alcançados,



constituindo um instrumento de análise e suporte à melhoria contínua das práticas de intervenção sociocultural junto da população idosa.

# *Informação Financeira e Contabilística*

---



Tabela Financeira

\$

M S E  
Albino**BALANÇO EM 31/12/2025**

Rúbricas	Notas	Período	
		31-12-2025	31-12-2024
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Investimentos Financeiros	7	4.464,65	4.464,65
Ativos fixos tangíveis	8	871.694,64	910.270,96
<b>Sub-Total</b>		<b>876.159,29</b>	<b>914.735,61</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	9	3.640,15	3.604,79
Créditos a receber	10	3.869,27	1.237,96
Estado e outros entes públicos	11	3.560,92	3.136,04
Diferimentos	12	2.853,12	1.963,94
Outros ativos correntes	13	32.367,30	44.794,04
Caixa e depósitos bancários	14	78.586,58	60.140,10
<b>Sub-Total</b>		<b>124.877,34</b>	<b>114.876,87</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.001.036,63</b>	<b>1.029.612,48</b>
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos	15	114.658,51	114.658,51
Resultados transitados	15	100.061,28	104.183,27
Outras variações do fundo patrimonial	15	346.240,33	357.257,83
<b>Sub-Total</b>		<b>560.960,12</b>	<b>576.099,61</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	15	35.370,09	-4.121,99
<b>Total do fundo patrimonial</b>		<b>596.330,21</b>	<b>571.977,62</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	16	177.158,75	202.477,19
Outros passivos não correntes	19	59.799,50	67.699,50
		<b>236.958,25</b>	<b>270.176,69</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	17	31.440,39	29.228,50
Estado e outros entes públicos	18	20.305,10	20.583,02
Financiamentos obtidos	16	25.154,59	23.552,30
Outros passivos correntes	19	90.848,09	114.094,35
		<b>167.748,17</b>	<b>187.458,17</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>404.706,42</b>	<b>457.634,86</b>
<b>Total do fundo social e do passivo</b>		<b>1.001.036,63</b>	<b>1.029.612,48</b>

*[Handwritten signatures and initials]*

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Rúbricas	Notas	Período	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	20	784.021,71	706.167,43
Subsídios, doações e legados à exploração	21	42.907,61	51.694,07
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-98.555,36	-96.474,05
Fornecimentos e serviços externos	22	-140.929,66	-133.544,95
Gastos com o pessoal	23	-510.899,81	-489.932,02
Outros rendimentos	24	16.881,17	20.658,47
Outros gastos	25	-721,90	-593,17
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>92.703,76</b>	<b>57.975,78</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	26	-43.845,19	-44.567,10
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>48.858,57</b>	<b>13.408,68</b>
Juros e gastos similares suportados	27	-13.488,48	-17.530,67
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>35.370,09</b>	<b>-4.121,99</b>
<b>Imposto sobre o rendimento do período</b>			
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>15</b>	<b>35.370,09</b>	<b>-4.121,99</b>

Telmo Pina

Handwritten initials and signatures in blue ink.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	Período	
		31-12-2025	31-12-2024
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes		776.421,66	694.869,76
Recebimentos de subsidios, doações e legados à exploração		42.496,61	35.939,62
Pagamentos a fornecedores		-248.802,56	-238.175,23
Pagamentos ao pessoal		-415.266,70	-380.348,71
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>154.849,01</b>	<b>112.285,44</b>
Outros recebimentos / pagamentos		-87.017,10	-24.810,01
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>67.831,91</b>	<b>87.475,43</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Ativos fixos tangíveis		-12.450,99	-64.233,92
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimentos (2)</b>		<b>-12.450,99</b>	<b>-64.233,92</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Financiamentos obtidos		-23.716,15	-21.174,70
Juros e gastos similares		-13.218,29	-17.530,67
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>-36.934,44</b>	<b>-38.705,37</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>18.446,48</b>	<b>-15.463,86</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	60.140,10	75.603,96
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	78.586,58	60.140,10



*Coloquio Ferreira*  
*WJ*  
*CP*  
*WJ*

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS 2025

Descrição	Notas	Fundo Patrimonial	Resultados transitados	Outras variações fundo social	Resultado Líquido do período	Total
Posição em 31 de Dezembro de 2024	1	114.658,51	104.183,27	357.257,83	-4.121,99	571.977,62
<b>Alterações no período</b>						
Aplicação do resultado de 2024	15		-4.121,99		4.121,99	
Imputação aos outros rendimentos dos subsídios ao investimento	15			-11.017,50		-11.017,50
<b>Sub - total</b>	<b>2</b>		<b>-4.121,99</b>	<b>-11.017,50</b>	<b>4.121,99</b>	<b>-11.017,50</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>3</b>				<b>35.370,09</b>	<b>35.370,09</b>
<b>Posição no fim do período de 2025</b>	<b>4=1+2+3</b>	<b>114.658,51</b>	<b>100.061,28</b>	<b>346.240,33</b>	<b>35.370,09</b>	<b>596.330,21</b>



Centro Social de Peraboa

Centro Social do Divino Espírito Santo de Peraboa

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS 2024

Descrição	Notas	Fundo patrimonial	Resultados transitados	Outras variações fundo social	Resultado líquido do período	Total
Posição em 31 de Dezembro de 2023	1	114.658,51	143.369,99	363.962,83	-39.887,27	582.104,06
<b>Alterações no período</b>						
Aplicação do resultado de 2023	15		-45.165,74		39.887,27	-5.278,47
Outras variações 2024	15		5.979,02			
Imputação aos outros rendimentos dos subsídios ao investimento	15			-6.705,00		-6.705,00
<b>Sub - total</b>	2		<b>-39.186,72</b>	<b>-6.705,00</b>	<b>39.887,27</b>	<b>-11.983,47</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	3				<b>-4.121,99</b>	<b>-4.121,99</b>
<b>Posição no fim do período de 2024</b>	4=1+2+3	<b>114.658,51</b>	<b>104.183,27</b>	<b>357.257,83</b>	<b>-4.121,99</b>	<b>571.977,62</b>



## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR VALÊNCIAS

Rendimentos e Gastos	Apoio Domiciliário	Centro de Dia	Lar	Períodos	
				31-12-2025	31-12-2024
Vendas e serviços prestados	129.925,45	91.718,58	562.377,68	784.021,71	706.167,43
Subsídios, doações e legados à exploração	9.075,77	6.824,64	27.007,20	42.907,61	51.694,07
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-17.324,63	-20.904,63	-60.326,10	-98.555,36	-96.474,05
Fornecimentos e serviços externos	-18.582,67	-16.522,02	-105.824,97	-140.929,66	-133.544,95
Gastos com o pessoal	-97.558,57	-57.841,24	-355.500,00	-510.899,81	-489.932,02
Outros rendimentos	4.529,64	4.957,91	7.393,62	16.881,17	20.658,47
Outros gastos	-122,73	-86,63	-512,54	-721,90	-593,17
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>9.942,26</b>	<b>8.146,61</b>	<b>74.614,89</b>	<b>92.703,76</b>	<b>57.975,78</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-7.453,68	-13.043,97	-23.347,54	-43.845,19	-44.567,10
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>2.488,58</b>	<b>-4.897,36</b>	<b>51.267,35</b>	<b>48.858,57</b>	<b>13.408,68</b>
Juros e gastos similares suportados	-3.231,59	-3.495,61	-6.761,28	-13.488,48	-17.530,67
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-743,01</b>	<b>-8.392,97</b>	<b>44.506,07</b>	<b>35.370,09</b>	<b>-4.121,99</b>
Imposto sobre o rendimento do período					
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-743,01</b>	<b>-8.392,97</b>	<b>44.506,07</b>	<b>35.370,09</b>	<b>-4.121,99</b>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

**Designação da entidade:** Centro Social do Divino Espírito Santo de Peraboa, NIF 502 603 658

**Sede:** Largo Sítio da Abilheira, n. 91, 6200-591 Covilhã

#### Natureza da atividade

O Centro Social do Divino Espírito Santo de Peraboa é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, com objetivos de utilidade pública., com o C.A.E. principal 87301 – Atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento.

A Direção entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

**Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.**

### 2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo decreto-lei 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. O sistema de normalização é composto por:

- Bases para a apresentação das demonstrações financeiras (BADF);
- Modelos de demonstrações financeiras (MDF) – Portaria 220/2015 de 24 de julho;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura conceptual);
- Código de contas (CC) - Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF-ESNL) - Aviso n.º 8256/2015, de 16 de julho
- Normas interpretativas (NI).

### 3 Adoção pela primeira vez das NCRF

A Instituição adotou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro “NCRF” pela primeira vez em 2012 aplicando para o efeito, a NCRF 3 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). As NCRF foram aplicadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição foi 1 de janeiro de 2012, e a Instituição preparou o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pela NCRF .Foram preparadas e aprovadas, de acordo com as disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

#### 4 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

##### 4.1 Bases de apresentação

###### 4.1.1 Continuidade

A Direção procedeu à avaliação da capacidade de a Instituição operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Direção concluiu que a Instituição dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

###### 4.1.2 Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas respetivas contas das rubricas “*Outros ativos correntes e Outros passivos correntes*”.

###### 4.1.3 Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

###### 4.1.4 Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

###### 4.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

###### 4.1.6 Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Instituição, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações

das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- I. A natureza da reclassificação;
- II. A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- III. Razão para a reclassificação.

#### 4.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

##### 4.2.1. Ativos fixos tangíveis

As reintegrações do exercício foram determinadas de acordo as taxas fixadas para este tipo de entidades.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	20 anos
Equipamento Básico	entre 4 e 8 anos
Equipamento de transporte	entre 4 e 8 anos
Equipamento administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos

Os ativos provenientes de doações e outras operações a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, valor pelo qual estão segurados, valor patrimonial tributário ou valor pelo qual figuravam na contabilidade. Os principais bens referem-se a imóveis, os quais são valorizados ao valor patrimonial tributário à data da aquisição gratuita deduzido de eventuais depreciações entretanto realizadas.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada no ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

##### 4.2.2. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo

se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

#### 4.2.3. Financiamentos Obtidos

##### Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos financeiros*” de “*Empréstimos obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

#### 4.2.4. Participações financeiras em subsidiárias

As participações em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são registadas pelo método do custo. De acordo com o método do custo, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função dos gastos incorridos anualmente, após a aquisição.

#### 4.2.5. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Este ponto é aplicável a todos “*Instrumentos Financeiros*” com exceção:

- I. Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- II. Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - i. Alterações no risco segurado;
  - ii. Alterações na taxa de câmbio;
  - iii. Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - iv. Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - (i) Alterações no preço do bem locado;



*Handwritten signatures and initials:*  
Telo F...  
H...  
gh \$G!

- (ii) Alterações na taxa de câmbio;
- (iii) Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

#### **Créditos a Receber**

Os “Créditos a Receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

#### **Outros ativos e passivos correntes**

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Instituição avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

#### **Caixa e depósitos bancários**

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### **Fornecedores e outros passivos correntes**

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **4.2.6. Subsídios do Governo**

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições da sua atribuição e de que estes irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam. O reconhecimento no Fundo Patrimonial gera o reconhecimento de passivos relativos ao imposto a pagar correspondentes a esses subsídios.

#### **4.2.7. Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.



*Albino*  
*Albino*

*Albino*

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- I. O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- II. É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- III. Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- IV. A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

#### 4.2.8. Imposto sobre o rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos deste imposto “As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas”.

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 estariam sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87, com as exceções previstas nas alíneas a), b) e c) do n.º 3 do art.º 10.º, exceções que se aplicam à Instituição no exercício em análise relativamente aos rendimentos provenientes das atividades previstas naquele artigo nomeadamente, os relativos às modalidades de assistências medicamentosa, assistência médica e enfermagem e rendimentos prediais.

O imposto sobre o rendimento do exercício, registado na demonstração dos resultados, quando aplicável, corresponde à soma dos impostos correntes. Os impostos correntes são registados em resultados.

O imposto corrente a pagar, quando aplicável, é calculado com base no lucro tributável da Entidade. O lucro tributável pode ser diferente do resultado contabilístico, uma vez que pode excluir diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.



Telmo Faria  
RRL  
MS + CF

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade referente aos anos de 2020 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### 4.2.9. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- I. a receber ou a Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- II. Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;
- III. Análise de imparidade de investimentos financeiros;
- IV. Registo de ajustamentos aos valores dos ativos (Clientes e outros créditos a receber);
- V. Apuramentos dos subsídios à exploração e ao investimento restituir.

#### 4.2.10. Especialização de exercícios

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

#### 4.2.11. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

**5 FLUXOS DE CAIXA**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31/12/2025 e em 31/12/2024 detalha-se conforme se segue:

Descrição	Conta	Período	
		31-12-2025	31-12-2024
Caixa (*)	11	2.767,66	1.128,22
Depósitos à ordem	12	75.818,92	59.011,88
<b>Total</b>		<b>78.586,58</b>	<b>60.140,10</b>

(\*) - Valores guardados em cofre para pequenas despesas e valores recebidos depositados no mês seguinte

**6 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DO CUSTO**

Nos exercícios findos em 31/12/2025 e 31/12/2024 o valor registado na rubrica "Participações financeiras", foi o seguinte:

Descrição	Período	
	31-12-2025	31-12-2024
Fundos compensação trabalho	4.464,65	4.464,65
<b>Total</b>	<b>4.464,65</b>	<b>4.464,65</b>

**7 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Nos exercícios findos em 31/12/2025 e em 31/12/2024 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	2025					Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
<b>Ativos</b>						
Saldo inicial	1.090.717,24	163.448,77	108.547,45	6.183,33	25.661,02	1.394.557,81
Aquisições		5.268,87				5.268,87
<b>Saldo final</b>	<b>1.090.717,24</b>	<b>168.717,64</b>	<b>108.547,45</b>	<b>6.183,33</b>	<b>25.661,02</b>	<b>1.399.826,68</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Saldo inicial	256.424,10	158.923,16	53.642,34	5.535,65	9.761,60	484.286,85
Depreciações exercício	19.365,83	2.492,23	17.534,00	267,97	4.185,16	43.845,19
<b>Saldo final</b>	<b>275.789,93</b>	<b>161.415,39</b>	<b>71.176,34</b>	<b>5.803,62</b>	<b>13.946,76</b>	<b>528.132,04</b>
<b>Ativo líquido</b>	<b>814.927,31</b>	<b>7.302,25</b>	<b>37.371,11</b>	<b>379,71</b>	<b>11.714,26</b>	<b>871.694,64</b>



  
 JH S \$ CF

Descrição	2024					Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
<b>Ativos</b>						
Saldo inicial	1.081.814,67	159.657,77	96.029,37	5.379,33	25.661,02	1.368.542,16
Aquisições	8.902,57	3.791,00	36.850,00	804,00		50.347,57
Alienações			-24.331,92			-24.331,92
<b>Saldo final</b>	<b>1.090.717,24</b>	<b>163.448,77</b>	<b>108.547,45</b>	<b>6.183,33</b>	<b>25.661,02</b>	<b>1.394.557,81</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Saldo inicial	237.673,64	152.678,88	62.743,38	5.379,33	5.576,44	464.051,67
Transferências			-24.331,92			
Depreciações exercício	18.750,46	6.244,28	15.230,88	156,32	4.185,16	44.567,10
<b>Saldo final</b>	<b>256.424,10</b>	<b>158.923,16</b>	<b>53.642,34</b>	<b>5.535,65</b>	<b>9.761,60</b>	<b>484.286,85</b>
<b>Ativo líquido</b>	<b>834.293,14</b>	<b>4.525,61</b>	<b>54.905,11</b>	<b>647,68</b>	<b>15.899,42</b>	<b>910.270,96</b>

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, referidas no ponto 4.2.1.

## 8 INVENTÁRIOS

Nos exercícios findos em 31/12/2025 e em 31/12/2024 a rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas”, é detalhado como se segue:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Saldo inicial	3.604,79	3.967,73
Compras	98.590,72	96.111,11
Saldo final	3.640,15	3.604,79
<b>Gasto no exercício</b>	<b>98.555,36</b>	<b>96.474,05</b>

## 9 CREDITOS A RECEBER (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2025 e em 31/12/2024 a rubrica “créditos a receber” correspondia aos saldos a receber de utentes no valor de 3.869,27 euros e 1.237,96 euros, respetivamente.

## 10 ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2025 e em 31/12/2024 os saldos na rubrica “Estado e outros entes públicos” no montante de 3.560,92 euros e 3.136,04 euros, respetivamente, correspondia ao valor a receber respeitante a restituição de 50% do IVA pago na aquisição de géneros alimentares, bens de investimento e serviços de construção.

*Handwritten signatures and initials:*  
 (Domingos Fernandes)  
 H. Fernandes  
 M. S.  
 F.  
 Q.

### 11 DIFERIMENTOS (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2025 e 31/12/2024 na rubrica “Diferimentos” os valores 2.853,12 e de 1.963,94 euros correspondiam aos gastos com seguros liquidados nestes anos respetivamente, mas que correspondem a gastos a considerar nos anos seguintes.

### 12 OUTROS ATIVOS CORRENTES

Nos exercícios findos em 31/12/2025 e 31/12/2024, a rubrica “Outros ativos correntes”, é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2025	31-12-2024
Acréscimos de rendimentos - Mensalidades	26.617,30	22.544,04
Projeto BPI Fundação "La Caixa" Seniores		9.000,00
CRSS Subsídio Aquisição Viatura Elétrica	5.750,00	13.250,00
<b>Total</b>	<b>32.367,30</b>	<b>44.794,04</b>

### 13 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Nos exercícios findos em 31/12/2025 e em 31/12/2024, a rubrica “outros ativos correntes” é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2025	31-12-2024
Caixa	2.767,66	1.128,22
Depósitos à ordem	75.818,92	59.011,88
<b>Total</b>	<b>78.586,58</b>	<b>60.140,10</b>

### 14 FUNDO PATRIMONIAL

Nos exercícios findos em 31/12/2025 e em 31/12/2024, o “Fundo patrimonial” é detalhado como segue:

Descrição	Período	
	31-12-2025	31-12-2024
Fundo Patrimonial	114.658,51	114.658,51
Resultados transitados	100.061,28	104.183,27
Outras variações capital próprio	346.240,33	357.257,83
Resultado líquido do período	35.370,09	-4.121,99
<b>Total</b>	<b>596.330,21</b>	<b>571.977,62</b>

*Handwritten signatures and initials:*  
 Helena Pereira  
 HLP  
 MS & G

## 15 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Nos exercícios findos em 31/12/2025 e em 31/12/2024, a rubrica “Financiamentos obtidos” apresentava a seguinte decomposição

Descrição	Período	
	31-12-2025	31-12-2024
Novo Banco	202.313,34	226.029,49
<b>Total</b>	<b>202.313,34</b>	<b>226.029,49</b>

Os pagamentos dos financiamentos obtidos são detalhados como se segue:

Instituições de crédito	2026	2027	2028	Seguintes
Novo Banco - M.L.P. - Contrato 0770085270	21.231,01	22.481,85	23.803,71	96.329,20
Novo Banco - M.L.P. - Contrato 0770091024	3.923,58	4.143,09	4.375,73	21.472,99
<b>Total</b>	<b>25.154,60</b>	<b>26.624,94</b>	<b>28.179,44</b>	<b>117.802,19</b>

## 16 FORNECEDORES

Nos exercícios findos em 31/12/2025 e em 31/12/2024 a rubrica “Fornecedores” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2025	31-12-2024
Fornecedores c/c	31.440,39	29.228,50
<b>Total</b>	<b>31.440,39</b>	<b>29.228,50</b>

## 17 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (PASSIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2025 e em 31/12/2024, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2025	31-12-2024
Retenção impostos sobre o rendimento	2.296,92	2.131,62
Contribuições para a segurança social	18.008,18	18.451,40
<b>Total</b>	<b>20.305,10</b>	<b>20.583,02</b>

*Coloquio Faneira*  
*HPH*

*JH* *d*

## 18 OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Nos exercícios findos em 31/12/2025 e em 31/12/2024, a rubrica "Outros passivos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2025	31-12-2024
Pessoal	733,59	
Cauções Utentes	7.030,00	7.900,00
Fornecedores de investimento c/ corrente		6.150,00
Credores por acréscimo de gastos - remunerações	59.582,00	76.126,54
Credores por acréscimo de gastos - outros	13.286,79	7.042,81
Outros Devedores e Credores	10.215,71	16.875,00
<b>Total</b>	<b>90.848,09</b>	<b>114.094,35</b>

## 19 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nos exercícios findos em 31/12/2025 e em 31/12/2024, a rubrica "Vendas e serviços prestados" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	2025	2024	
<b>Vendas</b>	<b>23.869,88</b>	<b>17.813,98</b>	
Materiais de consumo	23.869,88	17.813,98	34,00%
<b>Prestação de serviços</b>	<b>760.151,83</b>	<b>688.353,45</b>	
Quotas dos utilizadores	434.378,28	389.206,42	11,61%
Acordos Cooperação Segurança Social	322.411,54	295.664,03	9,05%
Quotizações	3.362,01	3.483,00	-3,47%
<b>Total</b>	<b>784.021,71</b>	<b>706.167,43</b>	<b>11,02%</b>

O valor registado na rúbrica de "Vendas – Materiais de consumo" respeita à dispensa aos utentes de produtos de incontinência, higiene pessoal e consumíveis de enfermagem.

## 20 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31/12/2025 e em 31/12/2024, a rubrica "Subsídios à exploração" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		
	2025	2024	Variação
IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional	20.223,68	12.678,44	59,51%
Proj. BPI Fundação "La Caixa" - Iniciativa Soc.Des		6.000,00	-
Proj. BPI Fundação "La Caixa" - Seniores	16.875,00	28.125,00	-40,00%
Doações	5.808,93	4.890,63	18,78%
<b>Total</b>	<b>42.907,61</b>	<b>51.694,07</b>	<b>-17,00%</b>

O valor registado na rubrica "IEFP" corresponde aos valores recebidos do Instituto de Emprego e Formação Profissional relativos a apoios ao emprego.

## 21 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31/12/2025 e em 31/12/2024, a rubrica "Fornecimentos e serviços externos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	2025	2024	
Trabalhos especializados	27.122,15	22.935,68	18,25%
Vigilância e segurança	450,80	-	-
Honorários	19.472,97	15.674,47	24,23%
Conservação e reparação	6.764,71	4.798,44	40,98%
Serviços bancários	228,93	217,81	5,11%
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	5.273,41	8.887,34	-40,66%
Livros e documentação técnica	55,35	7,25	663,45%
Material escritório	1.094,26	1.197,23	-8,60%
Artigos para oferta	479,03	301,22	59,03%
Produtos p/higiene pessoal de utentes	92,25	457,59	-79,84%
Outros materiais p/atividades das valências	12,70	-	-
Eletricidade	21.028,56	22.418,72	-6,20%
Combustíveis	4.327,12	3.432,19	26,07%
Água	14.918,91	12.782,66	16,71%
Gás	12.410,28	16.672,10	-25,56%
Deslocações e estadas	9,15	24,48	-62,62%
Rendas e alugueres	1.476,16	1.476,16	-
Outros	-	25,00	-
Comunicação	1.730,99	1.236,24	40,02%
Seguros	3.660,39	1.879,50	94,75%
Contencioso e notariado	30,00	30,00	-
Limpeza, higiene e conforto	20.291,54	18.854,27	7,62%
Outros serviços	-	236,60	-
<b>Total</b>	<b>140.929,66</b>	<b>133.519,95</b>	<b>5,55%</b>

## 22 GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31/12/2025 e em 31/12/2024 rubrica "Gastos com o pessoal" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	2025	2024	
Remunerações do pessoal	411.881,58	397.567,97	3,60%
Indemnizações	1.326,33	-	-
Encargos sobre remunerações	89.443,70	85.833,00	4,21%
Seguros acidentes trabalho	6.314,91	3.650,45	72,99%
Outros gastos com o pessoal	1.933,29	2.880,60	-32,89%
<b>Total</b>	<b>510.899,81</b>	<b>489.932,02</b>	<b>4,28%</b>

## 23 OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31/12/2025 e em 31/12/2024 a rubrica "Outros rendimentos e ganhos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	2025	2024	
Consignação de IRS	3.401,41	3.703,36	-8,15%
Desconto P.P.obtidos	54,91	-	-
Indeminizações	560,00	-	-
Alienação ativos fixos tangíveis - Valor realização	-	4.500,00	-
Imputações de subsidios ao investimento	11.017,50	12.455,00	-11,54%
Outros não especificados	118,11	0,11	107272,73%
Rendi. associados a gastos (anulação gastos)	1.729,24	-	-
<b>Total</b>	<b>16.881,17</b>	<b>20.658,47</b>	<b>-18,28%</b>

## 24 OUTROS GASTOS

Nos exercícios findos em 31/12/2025 e em 31/12/2024, a rubrica "Outros gastos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	2025	2024	
Correções relativas a periodos anteriores	1,61	518,16	-99,69%
Quotizações	250,00	-	-
Multas não fiscais	299,88	75,00	299,84%
Outros não especificados	170,41	0,01	-
<b>Total</b>	<b>721,90</b>	<b>593,17</b>	<b>21,70%</b>

*Telmo Soares*  
*Almanor*  
*MSA*

## 25 GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31/12/2025 e em 31/12/2024, a rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" apresentava a seguinte decomposição:

Rúbrica	Período		Variação
	2025	2024	
Ativos fixos tangíveis (nota 8)	43.845,19	44.567,10	-1,62%
<b>Total</b>	<b>43.845,19</b>	<b>44.567,10</b>	<b>-1,62%</b>

## 26 GASTOS DE FINANCIAMENTO

Nos exercícios findos em 31/12/2025 e em 31/12/2024, a rubrica "Gastos de financiamento" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	2025	2024	
Juros suportados com financiamentos obtidos	12.808,17	16.800,25	-23,76%
Outros gastos e perdas de financiamento	680,31	730,42	-6,86%
<b>Total</b>	<b>13.488,48</b>	<b>17.530,67</b>	<b>-23,06%</b>

## 27 VALOR DO CUSTO MÉDIO POR UTENTE

Descrição	Apoio Domiciliário	Centro de Dia	LAR
Total de encargos	141.042,28	108.398,49	545.511,15
Número médio de utentes	18	17	30
Custo anual por utente	7.835,68	6.376,38	18.183,71
<b>Custo médio mensal por utente em 2025</b>	<b>652,97</b>	<b>531,37</b>	<b>1.515,31</b>

## 28 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Direção informa que a Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Direção informa que a situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 29 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.



Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

### 30 DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PELA DIRECÇÃO

A Direção aprovou as demonstrações financeiras em 2026/03/13.

Contabilista certificado	Presidente	Vice Presidente	Tesoureiro	Secretário	Vogal
					
Telma Fonseca	Ana Maria Matias	Luis Manuel Santos Silva	Sónia Afonso	Cristina Maria Roberto Alves	Maria Conceição Canário Raimundo